

ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

ISS E IPTU

Prefeitura finaliza pacote e cobra grandes devedores

Medidas incluem combate à sonegação de imposto, cobrança amigável e protesto

RENATA PRANDINI

A Prefeitura de Campo Grande está finalizando pacote de austeridades para reduzir o déficit mensal do município, que fechou março em R\$ 34 milhões. As medidas, que envolvem corte severo na folha de pagamento, incluindo demissão de comissionados, e custeio da máquina, porém, seriam desnecessárias caso o índice de inadimplência de impostos não fosse tão expressivo na Capital. A afirmação é do secretário municipal de Finanças e Planejamento, Pedro Pedrossian Neto, que participou, na tarde de ontem, de audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2018.

O secretário citou como exemplo a dívida estimada em R\$ 170 milhões somente de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de instituições bancárias. “Não vou detalhar nomes por questão de sigilo fiscal. Mas são meia dúzia de grandes bancos, públicos e privados, que devem. Se nós tivéssemos R\$ 170 milhões em ISSQN dentro dos cofres do município não tinha nem conversa de ajuste fiscal. Nem conversa. Era reajuste acima da inflação para servidores, eram obras, eram investimentos na saúde e na educação. Então, nós temos que ser fir-



ORÇAMENTO. Situação financeira da Capital foi apresentada em audiência pública da LDO

mes na cobrança”, disparou.

Para reverter este quadro, a Secretária Municipal de Finanças firmou parceria com a Procuradoria-Geral dos Municípios (PMG) para acelerar os processos em trâmite na Justiça. O foco, explicou, são contribuintes de grande porte. “É fato que não podemos dizer que os bancos ‘devem’, já que boa parte entrou na Justiça e só podem ser considerados devedores depois de tramitado e julgado em todas as instâncias. Uma grande parcela dos contribuintes, principalmente os maiores, ajuíza ação. São devedores amparados com advogados e contadores, que têm

grande capacidade de reação. Mas essas ações levam dez, 15 anos para serem julgadas. Então, nós estamos montando essa força-tarefa na tentativa de agilizar esses processos no judiciário”, destacou.

COBRANÇAS

Também compõem o plano de combate à inadimplência a parceria com a Associação dos Notórios e Registradores de Mato Grosso do Sul (Anoreg), que visa protestar Certidões da Dívida Ativa (CDAs), que somam uma dívida de R\$ 2,6 bilhões. Ontem, os Cartórios do 2º e 3º ofício publicaram listas contendo 27 e 46 CDAs de

devedores que não fora localizados para intimação. Juntas, essas CDAs correspondem a R\$ 615,68 mil em dívidas. Além de pessoas físicas, as CDAs citam empresas de diversos ramos de atividade. Entre elas, duas instituições bancárias: o Banco do Brasil, CDA de R\$ 7.515,33, e o Itaú, R\$ 7.274,02.

Edital de intimação também foi publicado pela Sefin no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande), na edição de ontem. De acordo com o texto, os contribuintes, 1.031 citados no edital, têm prazo de 15 dias para regularizarem sua situação. A lista de devedores refere-se somente ao ISSQN.

LDO prevê redução na receita para 2018

Todas as medidas de austeridade visam reverter o quadro de queda na arrecadação. O orçamento da Capital terá decréscimo de 3% para 2018, conforme previu projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Na audiência, o secretário explicou que, embora a arrecadação municipal tenha crescido em torno de 13%, outras importantes receitas, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundeb (educação) tiveram queda expressiva. “Enquanto a nossa receita aumentou, os repasses dos governos estadual e federal caíram em torno de 3%. O problema é que elas correspondem a dois terços de toda a nossa receita”. O ICMS recuou 6% e o Fundeb, 3,5%, por exemplo.

CORTES

A administração prevê economizar R\$ 10 milhões mensais somente com folha de pagamento, que hoje corresponde a 75% de todos os gastos da máquina. A folha consome em torno de R\$ 107 milhões/mês. Desse total, explicou o secretário, 50% é composto de salário-base, que não pode ser alterado. Os outros 40% são rubricas, gratificações, benefícios, adicionais, etc., conquistados por cada categoria.

A prefeitura também prevê enxugamento do custeio da máquina e revisão e economia com alguns contratos com prestadoras de serviços. Em alguns casos, a meta é reduzir o valor em até 20%.

SUCROALCOOLEIRO

Após fechar 4 usinas, setor tem recuperação

DANIELLA ARRUDA

Após amargar o fechamento de cinco mil postos de trabalho e paralisação de quatro usinas nos últimos quatro anos, setor sucroalcooleiro de Mato Grosso do Sul dá sinais de estabilidade, apesar da crise. Dados da safra 2016/2017, apresentados ontem pela Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), são uma mostra, ainda que pequena, de reação do setor, responsável pela quarta maior massa salarial da agricultura sul-matogrossense e pelo maior salário médio desse mesmo setor (R\$ 2.437,00). Quarto produtor de cana-de-açúcar no País, o Estado fechou a safra, encerrada em 31 de março último, com área cultivada de 649 mil hectares, avanço de 4% em relação ao ciclo anterior, e produção recorde de 50,27 milhões de toneladas, incremento de 3,3% no comparativo com a safra precedente. Já a produtividade da cultura no Estado alcançou 81,7 toneladas por hectare.

Em se tratando do açúcar, a produção do Estado alcançou 1,74 milhões de toneladas



BIOSUL. Roberto Holanda falou sobre resultados do setor em MS

nesta safra (encerrada em 31 de março), crescimento de 31,3% em relação à anterior, o que posiciona MS como quinto maior produtor no País. Já para o etanol, a produção total foi de 2,709 bilhões de litros, redução de 3,3% no comparativo com a safra 2015/2016. Mesmo com este recuo, destacou o presidente da Biosul, Mato Grosso do Sul superou Minas Gerais e passou para a terceira posição em produção do biocombustível no País. Quanto à bioeletricidade, o total convertido em cana moída para geração de energia con-

tabilizado foi de 2.596 GWh. “A produção recorde ainda vem em decorrência de termos aqui em Mato Grosso do Sul muitas usinas novas, que ainda não completaram os seus projetos de produção, portanto é natural que venha algum crescimento. Ainda há usinas que têm capacidade de expansão”, explicou o presidente da Biosul, Roberto Holanda, durante apresentação do balanço de resultados do setor na Casa da Indústria. O dirigente da entidade lembrou que no momento o setor passa por um ciclo positivo no mercado de

açúcar, mas trata-se de um ciclo, diante de um segmento historicamente afetado por problemas como políticas públicas equivocadas, por parte do governo federal, controle artificial dos preços da gasolina pela Petrobras, “sangrando” a balança comercial do Brasil, alterações climáticas e queda de preços do açúcar nos mercados internacionais.

INCENTIVOS

Entre os “baques” recentes que impactaram o setor, segundo a Biosul, estão a reoneração, em janeiro, do PIS-Cofins; e a retirada de

incentivos fiscais, pelo governo do Estado, para a comercialização do etanol no mercado interno. “A reoneração ficou direto no nosso lado da cadeia. Foi uma pancada severa”, ressaltou.

Posteriormente, no caso de MS, o fim dos incentivos fiscais para comercialização do etanol reduziu a competitividade frente à gasolina. “Para quem está preocupado apenas com a questão financeira na hora de abastecer com etanol, a competitividade hoje não existe. Essa competitividade deveria ser de 70% e hoje na bomba está em cerca de 84%”, completou.

De acordo com Hollanda, o setor entende e reconhece o momento difícil que o Estado está passando; é de domínio de todos”. Por outro lado, pontuou, o mercado interno é pequeno com relação ao setor, mas ainda assim é importante, representa 12% de participação. “Quando se tira o crédito, o produtor não tem opção, tem que vender para fora, para outro Estado onde a política seja diferente. O consumidor não vai comprar porque vai ficar caro. Então essa perda de crédito vai para o consumidor”, reconheceu.

Odebrecht mantém incentivos fiscais

ROSANA SIQUEIRA

O governo do Estado não deve rever neste momento incentivos fiscais concedidos para as usinas de álcool da Odebrecht Agroindustrial no Estado. A afirmação foi feita ontem pelo governador do Estado, Renaldo Azambuja. O incentivo representava em média R\$ 53 milhões ao ano.

De acordo com o governador, os incentivos foram dados a estas empresas na gestão anterior. “Para cortar, precisamos de todas as provas e a investigação completa, já que uma denúncia não quer dizer que o cidadão ou empresa cometeu o

deslize”, acrescentou. Ele frisou no entanto que, se no decorrer da apuração for comprovado que os incentivos fiscais foram utilizados para pagamento de propina, o Estado “tomará suas devidas providências”. Hoje a Odebrecht Agroindustrial opera normalmente com três usinas em Mato Grosso do Sul, e mais de 4,3 mil integrantes. Na safra 2016/2017, encerrada em março, as três Unidades (Santa Luzia, Eldorado e Costa Rica) produziram 717 milhões de litros de etanol, 164 mil toneladas de açúcar VHP e 903 mil MWh de energia elétrica.

A Odebrecht Agroindustrial

ressaltou que os benefícios fiscais que a impactam são os mesmos que atingem todas as usinas do setor sucroenergético, dentro de um contexto de fomento à produção agrícola e industrial. O setor foi negativamente impactado, desde 1º de março de 2017, por um decreto de lei do governo estadual que reduziu o incentivo concedido sobre o ICMS para a operações do etanol anidro e hidratado dentro do Estado, o que elevou o preço final dos produtos ao consumidor e, consequentemente, uma desaceleração para novos investimentos.